

MANIFESTO PARA A IGUALDADE

LEGISLATIVAS 2024

> MAIS AÇÃO.



MS-ID
MULHERES SOCIALISTAS
IGUALDADE E DIREITOS

MANIFESTO PARA A IGUALDADE LEGISLATIVAS 2024

Lutar pelos direitos das Mulheres é lutar pela Democracia e por uma sociedade mais justa, onde ninguém fique para trás. Nenhum progresso nem desenvolvimento sustentável será alcançado sem as Mulheres e sem o reconhecimento das suas potencialidades.

I. COMBATER OS POPULISMOS QUE AMEAÇAM OS DIREITOS DAS MULHERES

Combater todas as formas de discriminação, nomeadamente de género, étnica, religiosa ou por deficiência, prosseguindo a luta pelo direito à igualdade e à dignidade.

II. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

Tomada de decisão

- Alterar a Lei da Paridade, implementando a alternância de género e reforçar o equilíbrio de género na tomada de decisão económica.

Coesão Territorial e Poder Local

- Articular a implementação de Estratégias Locais para a Promoção da Igualdade e Sustentabilidade com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).
- Promover a avaliação do impacto de género dos Planos de Igualdade Municipais, contribuindo para a redução efetiva das desigualdades de género no território.
- Promover a criação e implementação do Orçamento Municipal com Perspetiva de Género e do Orçamento Participativo para a Igualdade de Género.

Mercado Trabalho e Economia

- Apoiar a implementação de um programa de incentivos fiscais para as empresas que reduzam a desigualdade salarial.

Educação

- Acelerar a transferência de conhecimento para as empresas através da implementação de projetos colaborativos, e reforçar a participação das mulheres nas áreas STEAM e nos processos de decisão ligados a estas áreas.
- Avaliar o impacto de género dos Planos de Igualdade no Ensino Superior.

Saúde

- Criar o Corredor Seguro para a IVG (CS IVG), garantindo o acesso livre, seguro e digno, com alargamento do período de interrupção da gravidez das 10 para as 12 semanas.
- Combater a pobreza menstrual com a distribuição gratuita de produtos de higiene íntima nos centros de saúde.
- Garantir apoio psicológico durante todo o processo de Procriação Medicamente Assistida, reconhecendo o impacto que a infertilidade e os tratamentos podem ter na saúde mental das mulheres.

Habitação

- Referenciar e priorizar as famílias monoparentais e vítimas de Violência Doméstica no acesso à habitação.

Inclusão

- Aumentar os programas e dotações orçamentais para bolsas de estudo e apoios destinados a mulheres e raparigas com deficiência e garantir a acessibilidade ao alojamento.
- Acelerar a implementação da Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, reforçando a participação ativa das mulheres com deficiência nos processos de tomada de decisão em fóruns, conselhos comunitários e órgãos consultivos nacionais e locais.

Juventude e Desporto

- Promover o desporto feminino em todas as modalidades e o equilíbrio de género nos prémios e nas lideranças.

III. ECONOMIA DO CUIDADO

Conciliação e Parentalidade

- Alargar a licença de parentalidade para os 180 dias.
- Garantir licenças de parentalidade 50/50, salvaguardado o período de recuperação da mulher (30 + 75/75).
- Propor a criação de creches noturnas e de creches para missões especiais das Forças Armadas.

Trabalho não pago

- Reconhecer o valor do trabalho doméstico não pago, incluindo o seu valor no cálculo do PIB nacional.
- Valorizar as profissões ligadas ao cuidado.
- Reforçar o Estatuto do Cuidador Informal.

IV. NÃO DISCRIMINAÇÃO

Combater o racismo e a xenofobia

- Propor a realização de inquéritos à população para conhecer a realidade das pessoas racializadas.
- Articular a recomendação para a implementação de Planos Municipais

país de Combate ao Racismo e Xenofobia com a ANMP, garantindo a avaliação dos mesmos.

Inclusão, integração e Migrações

- Promover os Planos Municipais para a Integração de Migrantes e acolhimento de refugiados, como fator de coesão social e territorial.
- Garantir que os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável, ou instrumentos semelhantes, estimulam as políticas de acessibilidade e inclusão, com medidas específicas de apoio.

Direitos de pessoas LGBTIQ+

- Rever o regime antidiscriminação, tendo em vista a proteção contra a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

Combater a Violência de Gênero

- Assegurar o afastamento do agressor da casa de morada de família, garantindo que a violência sobre a mulher não é uma dupla violência.
- Alargar a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, de modo a garantir a cobertura integral do território nacional.
- Atribuir apoio judiciário automático a vítimas de Violência Doméstica, tal como existe para agressores.
- Garantir assessoria especializada nos Gabinetes de Apoio e Atendimento a Vítimas.
- Criar a Linha Nacional “SOS Assédio Sexual”.
- Reforçar o combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, com enfoque no consentimento, na violência verbal, não verbal e online.

V. NOVAS DESIGUALDADES

Alterações Climáticas e Coesão Territorial

- Adotar medidas de âmbito local para combater a “pobreza energética” na transição climática.

Inteligência Artificial e áreas STEAM

- Promover a formação de mais mulheres nas áreas da Inteligência Artificial e STEAM, dominadas pelos homens e melhor remuneradas, reduzindo a desigualdade salarial entre mulheres e homens.

Educação para a Cidadania

- Promover a educação para os Direitos Humanos, para a não violência e para o consentimento sexual.